

**LEI Nº 2.905/2025, DE 05 DE SETEMBRO DE 2025.**

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO  
CONSELHO DE PROTEÇÃO E  
DEFESA DOS ANIMAIS DE  
BARBALHA/CE, E DO FUNDO DE  
PROTEÇÃO E DEFESA DOS ANIMAIS  
DE BARBALHA/CE, DA FORMA QUE  
INDICA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BARBALHA/CE**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

**Art. 1º.** Fica criado o Conselho de Proteção e Defesa dos Animais de Barbalha/CE, órgão de caráter permanente, consultivo, deliberativo e fiscalizador vinculado à estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SMARH, encarregado de atuar na formulação e promoção de políticas públicas e ações de proteção e defesa do bem-estar dos animais, no âmbito do Município de Barbalha/CE.

**Parágrafo único.** O Conselho de Proteção e Defesa dos Animais de Barbalha/CE possui como finalidade precípua estudar e propor as diretrizes para a formulação e a implementação da Política Municipal de Proteção e Defesa dos Animais, através do Plano Municipal de Proteção e Defesa Animal, que terá, como principais objetivos, buscar as condições necessárias para a defesa, a proteção, a dignidade e os direitos dos animais.

**Art. 2º.** São atribuições do Conselho de Proteção e Defesa dos Animais de Barbalha/CE:

I - Propor políticas públicas:

- a) voltadas à proteção e defesa dos animais, quer sejam de estimação ou domésticos, bem como os da fauna silvestre;
- b) que visem à conscientização sobre a necessidade de se adotar os princípios da tutela responsável e proteção ecológica dos animais;
- c) sobre Programas de Educação Ambiental, no concernente à proteção de animais e seus habitats naturais;
- d) referente aos planos e programas de controle de zoonoses, neste caso, também em cooperação com a Secretaria Municipal de Saúde;
- e) no que tange à preservação das espécies animais da fauna silvestre, bem como a manutenção dos seus ecossistemas, principalmente de proteção ambiental, estações, reservas e parques ecológicos, assumindo ou encaminhando aos órgãos ou entidades competentes, animais apreendidos por tráfico ou caça ilegal, cuja manutenção ou soltura, seja impraticável;
- f) que objetivem, junto à sociedade civil, à defesa e à proteção especialmente de cães e gatos abandonados nas vias públicas;

g) que visem alterações na legislação vigente para a criação, transporte, manutenção e comercialização, visando aprimorar e garantir maior efetividade no respeito ao direito legítimo e legal dos animais, evitando-se a crueldade aos mesmos e resguardando suas características próprias;

**II** - Propor e promover a realização de campanhas de esclarecimento à população quanto ao tratamento digno aos animais:

- a) de adoção de animais visando o não abandono;
- b) de registro de cães e gatos;
- c) de vacinação dos animais;
- d) para o controle reprodutivo de cães e gatos;

**III** - Promover, em cooperação entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação:

- a) um cronograma anual de atividades visando à proteção dos animais, dentre elas, obrigatoriamente, a campanha anual de vacinação, esterilização e adoção;
- b) programas de educação continuada acerca da conscientização para adoção responsável de animais domésticos ou de estimação, podendo contar, na forma da Lei, com parcerias de entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais, universidades, faculdades e empresas públicas e/ou privadas, nacionais ou internacionais e entidades de classes ligadas aos médicos veterinários.

**IV** - Emitir parecer sobre entidades, eventos e parcerias municipais relacionadas a animais no Município de Barbalha/ CE;

**V** - Elaborar semestralmente relatório de atividades a ser remetido a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

**VI** - Fiscalizar toda e qualquer política pública voltada a proteção e defesa do bem-estar animal, tendo ou não recurso público vinculado.

**Art. 3º** O Conselho será constituído por 10 (dez) membros, sendo 05 (cinco) membros representantes do Poder Público e 5 (cinco) membros Representantes da Sociedade Civil, com seus respectivos suplentes, a serem eleitos para mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução, a saber:

**I** - Poder Público:

- a) 1 (um) representante indicado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e seu respectivo suplente;
- b) 1 (um) representante indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, e seu respectivo suplente;
- c) 1 (um) representante indicado pela Secretaria Municipal de Educação, e seu respectivo suplente;
- d) 1 (um) representante indicado pela Subseção de Juazeiro do Norte/CE da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, haja vista Barbalha/CE pertencer a sua circunscrição, e seu respectivo suplente;
- e) 1 (um) representante indicado pelo Curso de Medicina Veterinária de Instituição de Ensino Superior - IES pública e seu respectivo suplente, ou na sua ausência, de um curso correlato;

**II** - Sociedade Civil:



- a) 3 (três) representantes, e respectivos suplentes, com serviços prestados quanto à proteção e defesa do bem-estar animal, no âmbito do Município de Barbalha/CE;
- b) 2 (dois) representantes de entidades, e respectivos suplentes, que atuem na proteção e defesa do bem-estar animal no Município de Barbalha/CE, e seus respectivos suplentes.

§ 1º Os membros titulares e suplentes serão nomeados através de Portaria da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

§ 2º Os membros da Sociedade Civil serão escolhidos, juntamente com seus respectivos suplentes, em eleição oficialmente convocada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para este fim.

§ 3º A eleição que viabilizará a representação civil deverá ser regulamentada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos através de Portaria.

**Art. 4º** O Conselho terá organização e funcionamento determinados por Regimento Interno próprio, a ser aprovado por seus membros, em assembleia, e publicado em Diário Oficial, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o qual deve trazer o seguinte:

**I** - Plenária como Órgão de deliberação máxima;

**II** - Um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário compondo a Mesa Diretora, a serem escolhidos pela Plenária, entre os seus membros titulares, na sua primeira sessão;

**III** - As Sessões Ordinárias serão realizadas, mensalmente, na primeira semana do mês, e extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros;

**IV** - As deliberações serão aprovadas por maioria simples dos Conselheiros presentes às Sessões, cabendo ao Presidente o "voto de minerva" em caso de empate na votação;

**V** - Considerar-se-á como relevante serviço público o desempenho das funções dos membros do Conselho, não sendo passível de remuneração;

**VI** - Os conselheiros serão destituídos e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) reuniões intercaladas, hipótese em que a nomeação do suplente ocorrerá através de Portaria expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

**VII** - Os conselheiros e suplentes também poderão ser substituídos mediante solicitação própria, por solicitação do Conselho, ou daquele órgão ou entidade que tenha feito a sua respectiva indicação;

**Art. 5º** O Conselho poderá solicitar a colaboração de órgãos, entidades e instituições municipais, estaduais e federais, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de programas, bem como receber subvenção ou auxílio do Poder Público, nos termos da Lei.

**Parágrafo único.** Poderão ser convidadas a participar em Plenária, sem direito a voto deliberativo, pessoas ou entidades cuja presença e colaboração sejam consideradas necessárias para a execução das atribuições do Conselho.



**Art. 6º** O Conselho realizará, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, bienais abertas à participação de todos os cidadãos, entidades da sociedade civil e movimentos populares, com os objetivos de analisar os trabalhos realizados, orientar sua atuação, propor projetos, programas e ações. **Parágrafo único.** A Primeira Bienal realizada pela CPDA deverá construir o Plano Municipal Decenal de Proteção e Defesa Animal - PDPDA, que deverá ser discutido e atualizado através das Bienais, sendo transformado em Lei Municipal.

**Art. 7º** Fica criado Fundo Municipal de Proteção e Defesa dos Animais de Barbalha/CE, vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que deverá ser gerido pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais de Barbalha/CE, com a finalidade de captar e aplicar recursos visando o financiamento, investimento, expansão, implantação e aprimoramento das políticas voltadas à proteção, defesa e bem-estar dos animais.

**Parágrafo único.** A estrutura organizacional e de funcionamento do Fundo Municipal de Proteção e Defesa dos Animais de Barbalha/CE será tratada em Lei própria.

**Art. 8º** O Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais de Barbalha/CE será implantado no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação da Lei.

**Art. 9º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Barbalha/CE, em 05 de setembro de 2025.

  
**Guilherme Sampaio Saraiva**  
*Prefeito Municipal de Barbalha/CE*

#### CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os devidos fins, que este documento foi publicado por meio de:

- (☒) afixação no átrio do Poder Executivo
- (☒) diário oficial
- ( ) jornal de grande circulação
- ( ) site eletrônico da prefeitura municipal de Barbalha

*Barbalha - CE, 05/09/2025*

*Ranilla  
72045*